

6 soluções

para o caos dos ônibus em Belo Horizonte

vereadora
marcela trópia

A qualidade do transporte público de Belo Horizonte piorou na pandemia, mas essa **crise se arrasta há décadas**. A Prefeitura não resolveu as falhas do sistema, mas finalmente aceitou que precisamos de **uma nova licitação.**





No dia 3 de maio de 2023, o prefeito prometeu que vai criar uma comissão para debater as novas regras do contrato. Para não cair no mesmo problema, ele precisa ser **moderno, eficiente e atender os interesses dos usuários do transporte**.

Vou apresentar neste e-book 6 soluções para remodelar o sistema.

1 Contratos com prazos mais curtos



O atual contrato entre BH e as concessionárias de ônibus tem um prazo de 20 anos. Isso garante o domínio do setor pelas poucas empresas que detêm os ativos exigidos no processo licitatório, **minando qualquer competição**.

Contratos de operação mais curtos dariam também **maior flexibilidade** para **adoção de novas tecnologias**. Desde a assinatura do contrato atual, em 2008, vimos a mobilidade ser modernizada, com empresas como a Uber, 99 e Buser. Mas o transporte de ônibus continua com as **mesmas regras de 15 anos atrás**.





2 Remuneração baseada na qualidade do serviço

A única fonte de remuneração das empresas era a cobrança da tarifa, o que as incentivava a fazer **viagens superlotadas para aumentar o lucro**. Na Câmara Municipal, já aprovamos a mudança para a remuneração por KM rodado.

Mas devemos ir além: os contratos também precisam **atrelar a remuneração ao bom desempenho**, segundo critérios técnicos. Uma referência é o Índice de Qualidade do Transporte (IQT), utilizado no sistema de São Paulo.



3 Diversificação das fontes de receita das empresas

Precisamos tirar do cidadão a responsabilidade de custear o sistema todo sozinho e de arcar com **aumentos abusivos**. Mas também não podemos depender de subsídios, que acabam **sugando recursos públicos**.

Já existem práticas que funcionam no mundo todo: **conceder os pontos de ônibus**, criar **espaços comerciais** em terminais, vender ***naming rights*** das estações, permitir mais **publicidade nos veículos** e construir **mini-shoppings** nas estações.





4 Transparência nos dados da operação

O atual contrato não exige que dados como **número de passageiros** por viagens e o **custo da operação** sejam divulgados para a população. Assim, apenas as empresas têm acesso garantido aos dados que hoje determinam o preço da tarifa.



Para mudar isso, a Câmara aprovou uma lei que prevê a real transparência de informações relevantes nos próximos contratos. Isso é fundamental para que a população fiscalize o serviço e pague tarifas realmente justas.



5

Separação da prestação dos serviços

Hoje, há uma exigência de que as empresas de ônibus sejam donas de ativos como **garagens e veículos, restringindo o mercado e afastando as pequenas empresas.**

Contratos mais modernos, como os da cidade de Santiago, separam a responsabilidade da provisão da frota para uma empresa e a realização da operação para outra, **remunerando cada uma de acordo com o tipo de serviço prestado.**

6 Desregulamentação do transporte coletivo

Uma alternativa disruptiva seria flexibilizar o sistema para permitir que empresas menores possam ofertar linhas específicas dentro da cidade, como a Buser faz a nível intermunicipal.



Outro exemplo é o sistema de **Curb Rights (direitos de meio-fio)**, de Londres, em que a empresa paga uma taxa para ofertar trajetos que usam os pontos de ônibus já construídos pela Prefeitura.



Um contrato inovador pode salvar o sistema!

Gostou do material?
Acompanhe o mandato pelo canal WhatsApp.



vereadora
marcela trópia